



CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS – CNS

DOCUMENTO PARA LULA SOBRE O PRESENTE E O FUTURO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Há 32 anos, em março de 1990, dois anos após o assassinato de Chico Mendes, foram criadas as primeiras Reservas Extrativistas (Resex) na Amazônia concretizando um sonho dele, de Wilson Pinheiro e de centenas de seringueiros, mulheres, seus filhos e filhas, que lutaram nos empates para impedir a destruição da floresta amazônica.

Os sonhos e o legado de Chico Mendes foram confirmados na Rio 92 com o reconhecimento das populações extrativistas como protagonistas da conservação da biodiversidade e essenciais à proteção do meio ambiente. Um momento significativo de avanço e compromisso do Brasil com a agenda socioambiental do desenvolvimento.

Atualmente somos mais de 80 mil famílias que vivem em 25 milhões de hectares em 153 Unidades de Conservação. São 66 Resex federais, 47 Resex estaduais, 19 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), 21 Florestas Nacionais (Flonas) e mais de 50 mil famílias que vivem em 9 milhões de hectares de Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs).

A regularização dos direitos sociais de populações extrativistas aos territórios onde residem por gerações, tem como efeito direto e imediato a proteção e conservação dos recursos naturais ali existentes. Também representa a democratização do acesso à terra e a estabilidade das futuras gerações na floresta, pelo reconhecimento dos direitos de posse através da Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A comprovação desses benefícios se verifica com a baixíssima taxa de evasão populacional nas Resex (menos de 3%), não comparável com o que ocorre nos projetos de assentamento convencionais.

A Reserva Extrativista é o símbolo revolucionário do legado de Chico Mendes na Amazônia. Um modelo inovador de reforma agrária ecológica que combina uso da terra, proteção ambiental, com sustentabilidade e garantia de direitos. Uma conquista da geração de Chico Mendes que hoje possibilita às novas gerações garantia de território protegido para resistir às atuais formas de violações de direitos humanos.

Na década de 1990 novas áreas foram sendo criadas e o modelo de gestão institucional concebido pelas comunidades foi sendo implementado pelo Centro Nacional das Populações Tradicionais – CNPT, dentro do IBAMA, de 1992 até a criação do ICMBio em 2007. Esse modelo tem como base a gestão compartilhada entre comunidades e Estado regida pelo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso coletivo – CCDRU que estrutura a governança territorial, a autonomia política e a participação das organizações comunitárias nas decisões coletivas para o bem-estar dos extrativistas.

Há uma luta histórica pela consolidação dos territórios coletivos na Amazônia e em outras regiões do Brasil. Áreas estratégicas vêm sendo protegidas por comunidades que prestam um serviço ecossistêmico ao Estado, à sociedade brasileira e ao Planeta, recebendo muito pouco em troca.

A regularização fundiária das Resex é lenta, processos de indenizações não foram concluídos, concessões de uso da terra não foram assinadas, políticas públicas para produção, educação, saúde, saneamento, acesso à água potável e energia não foram implantadas ou resultaram de esforços das nossas comunidades. As famílias vivem à margem da lei e sem a proteção do Estado, vulneráveis a todos os tipos de pressões: desmatamentos, queimadas, invasões de terras públicas, vendas ilegais de terras e de madeira e ameaças aos líderes extrativistas.

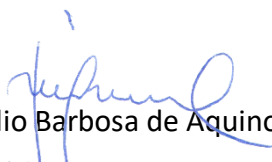
As Resex continuam existindo porque nós, moradores, asseguramos que isso aconteça à revelia dos esforços para destruí-las. Mas não cumprem o potencial dos objetivos para os quais foram criadas, frustrando as expectativas dos moradores. Para garantir a permanência das novas gerações - a juventude extrativista - nas Resex, mais que a existência da floresta é preciso infraestrutura social (saúde, educação e tecnologia) e produtiva. Não há nenhuma dúvida que os adultos de hoje serão os últimos moradores das Resex se não houver mudança nessa realidade. Os territórios serão perdidos para a grilagem e a especulação fundiária.

Depois de 15 anos de criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, percebe-se uma descaracterização e desvirtuamento do modelo de gestão das Reservas Extrativistas. A cogestão deixa de existir para dar lugar à tutela do Estado tirando a autonomia das comunidades sobre o território, e estimulando a fragmentação das ações, dependência e subordinação a chefes de Unidades de Conservação.

Nós, populações extrativistas tradicionais queremos continuar morando nas Resex. Para isso é preciso que o Estado cumpra seu papel de proteção dos territórios e garantia de direitos pela implementação de políticas públicas que assegurem bem-estar social e sustentabilidade das gerações atuais e futuras. Valorizamos nosso modo tradicional de viver, mas queremos incorporar tecnologia à produção e infraestrutura à qualidade de vida.

Para que as mudanças aconteçam solicitamos ao Presidente Lula:

1. Implementação de um plano de regularização socioambiental e fundiária para todas as Reservas Extrativistas.
2. Políticas públicas para o desenvolvimento da economia da sociobiodiversidade e florestal e para Pagamento de Serviços Ambientais - PSA prestados pelos moradores das Unidades de Conservação.
3. Políticas públicas sociais e ambientais em todos os níveis: educação, energia, internet, infraestrutura, atendimento à saúde, cultura e conhecimento tecnológico.
4. Reestruturação institucional com a criação de um órgão estatal especificamente voltado para a criação, implementação, desenvolvimento e gestão das Reservas Extrativistas.


Júlio Barbosa de Aquino

Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS
22 de junho de 2022